

Trazias na mão o fio que fala...

Rondon: o desbravador dos sertões

Adler Homero Fonseca de Castro



“**D**a largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.

Quem estuda a história do Brasil possivelmente já leu a passagem acima, escrita em 1627 por Frei Vicente de Salvador. É um trecho famoso por ser bem verdadeiro – apesar de o Brasil ter a sua forma já definida no século XVIII até bem pouco tempo atrás, este era um país desconhecido. Nossos ancestrais ficavam restritos às costas do País ou nas proximidades de seus rios navegáveis, como os caranguejos da metáfora de Frei Vicente.

A razão disso era uma só: as dificuldades de comunicação e transporte. Antes da introdução do transporte motorizado (barcos a vapor, ferrovias, automóveis e aviões), apenas as riquezas, como o ouro das Minas Gerais e de Mato Grosso, podiam fazer com que os

exploradores se aventurassem pelo interior, ainda assim presos a rios navegáveis, como os usados nas “monções”, as expedições fluviais que seguiam para o Sertão.

E, se não havia meios de transporte, também não era possível transmitir rapidamente informações. Para ver o problema que isso podia causar, podemos imaginar como seria viver em um mundo onde não existia *Internet*, televisão, celulares, rádios ou telefonia fixa: a notícia de um problema em uma região afastada podia levar meses até ir à capital e uma ajuda efetiva levaria ainda mais tempo para ser despachada: foi o caso de uma rebelião no Rio Apa (MS), em 1889. Quando a notícia da Proclamação da República chegou lá, em 20 de dezembro daquele ano (35 dias depois do evento), alguns soldados simpatizantes da princesa Isabel causaram desordens. O alferes (2º Tenente) comandante do destacamento teve que resolver o problema – sozinho e sem esperanças de auxílio. Casos mais sérios, como o risco de uma invasão, ou mesmo um desastre natural, tam-



Partida das monções
Almeida Jr. 1897



Cartum, 1863,
alusivo à lentidão
dos correios.

bém não poderiam receber atenção rápida, por simples ignorância do que tinham acontecido.

É óbvio que os problemas de comunicação não escaparam aos governos e estes tomaram as medidas que lhes eram possíveis desde cedo, como a realização de obras públicas, tal como “varadouros”, que permitiam a passagem de trechos turbulentos de rios, construção

de estradas de rodagem e ferrovias; introdução de linhas de correio a cavalo e assim por diante. Todos foram passos importantes para integrar o interior. Mas, nesses casos, a troca de mensagens ainda era uma problemática quando se afastava das vias de comunicação, dependendo elas do homem montado no lombo de uma mula, levado em uma canoa ou até mesmo a pé. Na Guerra do Paraguai, a tropa que seguira do Rio de Janeiro e São Paulo para o Mato Grosso teve que fazer um imenso esforço só para alcançar o seu objetivo. Uma viagem de vinte e um meses de duração, narrada no livro “a marcha das forças” do Visconde de Taunay.

Não havia muitas alternativas para a questão das comunicações. Na Bahia, no início dos 1800, tinha sido criado um sistema de telegrafia ótica, em torres especiais, colocadas a certa distância uma das outras, transmitindo mensagens por meio de bandeiras. Um sistema semelhante já tinha sido implantado pelo Exército no Rio de Janeiro, inicialmente até Cabo Frio (em 1816),



Encontro das monções no sertão.

depois reduzido, para que a Fortaleza de Santa Cruz informasse da chegada de navios. Mais tarde, em 1844, quando a Repartição de Telégrafos já era parte do Ministério da Justiça (foi transferida do Exército em 1837), o major diretor da Repartição, José Policarpo Pessoa Andrade Silva, recebeu ordens de estabelecer uma linha de telégrafo ótico ligando a sede dos telégrafos (no velho forte do Castelo), até a fazenda Santa Cruz, residência de verão do Imperador, o que foi feito em apenas dois dias, com mastros móveis (estações permanentes foram construídas depois).

Os telégrafos óticos eram problemáticos, contudo. A transmissão de mensagens era lenta, o sistema de manutenção muito caro e de

funcionamento irregular, dependendo de boas condições de visibilidade para ser eficiente, bem como de um grande número de torres/mastros – no caso do telégrafo implantado em 1844, eram cinco estações para atingir Santa Cruz, uma distância de apenas 55 km.

A introdução do telégrafo elétrico, na década de 1840, pareceu ser a solução. Com ele, seria possível a instalação de uma infra-estrutura muito mais barata e de manutenção mais simples que telégrafo ótico, ao mesmo tempo em que transmitia as mensagens de forma quase instantânea, por distâncias muito grandes. De fato, onde havia interesses comerciais, o empresariado logo se mobilizou para a construção de linhas telegrá-



ficas, pois o novo meio de comunicações permitia-lhes ganhar mais dinheiro, de forma mais acelerada. Foi o caso do Barão de Mauá, que instalou o primeiro cabo submarino ligando o Brasil à Europa, em 1872.

E o crescimento das linhas telegráficas foi muito rápido no Brasil. Na Guerra do Paraguai, o Exército já começou a usar o sistema de telégrafos implantado, para se comunicar com suas fábricas e receber notícias de navios que se aproximavam do porto, carregando reforços para o sul ou feridos e prisioneiros de guerra voltando do teatro de operações. Foi adquirido até um telégrafo de campanha, para que o exército em operações pudesse se comunicar com suas bases avançadas de suprimento no Paraguai.

Mas, se as empresas privadas, como a *Western Telegraph* ou a *Amazon Telegraph Company*, tinham interesse em fazer a ligação telegráfica onde havia maiores mercados – e onde poderiam obter lucros – como ficariam as áreas do sertão ou mesmo aquelas pouco habitadas, onde os possíveis lucros seriam pequenos ou inexistentes? Por que o empresariado investiria em áreas de pouca rentabilidade, como as do Centro-Oeste? Na época, a única solução foi a ação do governo, que passou a investir na construção de linhas telegráficas. Um serviço feito pelo ministério da justiça, mas coordenado por engenheiros militares e, muitas vezes, executado por unidades do Exército, já que o problema das comunicações era visto como estratégico para o País, especialmente nas áreas onde o interesse comercial era menor, como as regiões de fronteira.

Nessas missões iniciais de construção de linhas, apesar de se estar atuando em áreas já povoadas, muitas vezes era necessário abrir estradas, construir pontes, remover obstáculos dos mais diversos para a passagem das linhas. Um trabalho estafante, feito por soldados destacados de várias regiões do Brasil, servindo muitas vezes durante anos seguidos, longe de seus locais de origem. Um esforço que é pouco reconhecido hoje em dia, mas que na época era considerado tão sério e árduo que a Câmara dos Deputados, em 1914, discutiu um projeto



Tenente Rondon, na Ponte da Pedra, MS, c. 1890.

de lei para equiparar o serviço nas comissões de linhas telegráficas ao de guerra – o que não é um absurdo, pois o número de mortos por doenças nas comissões foi, proporcionalmente, maior do que as baixas fatais sofridas pela FEB, na Itália. Somente em 1910 morreram 3 dos 25 oficiais e 17 dos 634 trabalhadores que atuavam no Mato Grosso, cerca de três por cento do efetivo empregado.

E o trabalho seria ainda mais difícil com a incorporação do Acre, em 1903. Então era necessário tomar medidas para garantir a posse do território, ainda mais considerando que ficava nos confins do Brasil, em área de difícil acesso. Para chegar lá, saindo da capital, só havia dois caminhos – por ferrovia e tropa de mulas até o Rio Paraguai, e daí por barco até as cachoeiras do Guaporé, que, antes da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, tinham que ser vencidas arrastando-se os barcos à mão, por terra. Mais prático, era se pegar um pacote que seguiria pelo Atlântico até o Rio Amazonas, subindo esse até Rio Branco. Em ambos os casos, uma viagem de um mês ou mais. Ir por terra era simplesmente

Chegada do 1º telegrama em Corumbá, 1904.
Acervo do MHN.



te impossível, por causa da densa mata dos atuais estados do Mato Grosso e Rondônia. Mesmo as comunicações eram complicadas, pois a concessionária de telégrafo na área, a *Amazon Telegraph Company*, sofria problemas para manter uma comunicação regular entre Belém e Manaus, e certamente não tinha interesse em levar o seu cabo telegráfico até Porto Velho ou Rio Branco, onde não encontraria lucros que justificassem o investimento.

Para solucionar esse problema de integração, o Exército acelerou o processo de construção de telégrafos, com as “Comissões de Linhas Telegráficas Estratégicas” que, como o seu nome indica, tinham a preocupação de levar comunicações para áreas estrategicamente importantes para a Nação, mesmo que não o fossem para a iniciativa privada.

Aqui entra na nossa história a figura de Cândido Mariano da Silva Rondon, o marechal patrono das Comunicações no Exército. Rondon, já como um jovem oficial, tinha assumido responsabilidades graves, atuando em áreas que poucas pessoas então escolheriam como local de trabalho. Em 1890, imediatamente após

sua formatura na Academia Militar, o tenente foi designado para a “Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia”, sob o comando do Major Gomes Carneiro (o futuro herói do cerco da Lapa). Nessa missão de construção de linhas telegráficas, o oficial se ocupou, com apenas breves interrupções, por mais de duas décadas, assumindo o comando das comissões e, com seu trabalho, diminuindo os problemas de comunicações do Brasil. Em suas memórias (*Rondon conta a sua vida*), narra as vantagens da ação do Exército: um exemplo foi um caso que surgiu logo quando da inauguração do telégrafo até a fronteira, em Corumbá (1904). Naquele ano, a Bolívia fazia movimentos “pouco

amistosos” e isso fez com que fossem deslocadas diversas unidades para o Mato Grosso, inclusive o 25º Batalhão de Infantaria, onde servia o então cabo Getúlio Dorneles Vargas. Na ocasião, nas palavras de Rondon, “*verificou-se a oportunidade de um corpo de exército manter sempre, em campanha, comunicação com a base de operações, ao*

O Presidente Roosevelt e Rondon, 1914



mesmo tempo em que foi posta à proa a competência do Exército Nacional para realizar construções onde são imprescindíveis resistência física, tenacidade de caráter, amor à Pátria”.

Tendo completado a ligação com a fronteira do Mato Grosso do Sul em 1906, como diz o velho ditado de caserna: “a recompensa por terminar bem uma missão difícil foi receber outra missão difícil para fazer”. Ainda nas palavras de Rondon: “*Planejava o Presidente Afonso Pena a execução de medidas que consolidassem a incorporação ao Brasil dos territórios do Acre, do Purus e do Juruá. E desejava que a tomada de posse desse sertão fosse feita dentro de um ponto de vista que, aliás, foi sempre o meu: serem a exploração científica do território e a sua incorporação ao mundo civilizado (...)*”.

Mandou o Presidente Afonso Pena chamar-me e expôs em largos traços o que pensava:

– *Acha exequível semelhante projeto, naquelas zonas despovoadas e destituídas de recursos próprios?*”

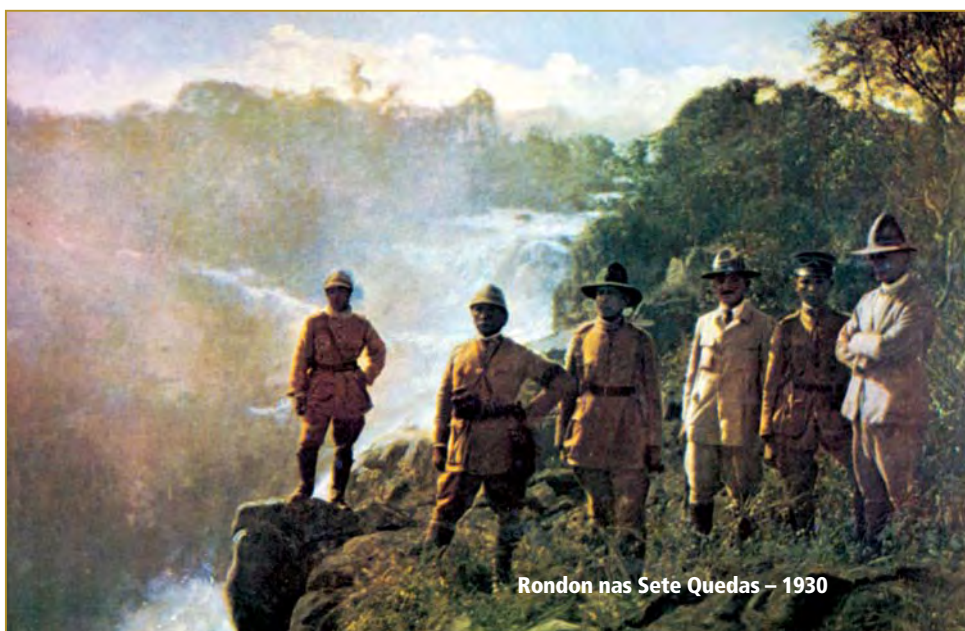
A resposta do major Rondon, à época, foi a de um verdadeiro explorador:

“– *É só querer, respondi*”.

Como colocado por Afonso Pena, ao contrário do que acontecera até então, o serviço de construção seria feito quase que inteiramente em território desconhecido, sem ter o apoio de moradores e fazendeiros locais, enfrentando dessa forma imensos problemas. A nova “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas”, por causa dessas mesmas dificuldades, seria um elemento fundamental para consagrar a figura de Rondon: a leitura de suas memórias ou dos artigos publicados sobre a Comissão no *Jornal do Comércio* por si já seria um grande livro de aventuras da história, colocando os membros da Comissão entre os grandes desbravadores do País.

E aqui entramos no ponto que gostaríamos de enfatizar nesse artigo. A nossa proposta não era fazer

um texto sobre a figura e a história do Marechal Rondon – o espaço disponível é muito pequeno para isso. Não teremos condições de falar sobre a Comissão Rondon-Roosevelt, quando o ex-presidente dos Estados Unidos se juntou a Rondon, para explorar o “Rio da Dúvida” (atual Roosevelt); não falaremos da Fundação do Serviço de Proteção aos Índios, criado sob a direção de Rondon em 1910 (quando ainda trabalhava na construção de telégrafos), órgão que mudaria radicalmente a política indigenista do Brasil; não discutiremos o trabalho do General Rondon, à frente da Comissão de Fron-



Rondon nas Sete Quedas – 1930

teiras e muito menos sua ação no combate à coluna Miguel-Costa Prestes. Vamos apenas tratar, nas poucas linhas de que dispomos, da filosofia que geriu o trabalho da Comissão de Telégrafos nos atuais Estados do Mato Grosso e Rondônia.

Um dos aspectos centrais do trabalho da Comissão foi a sua dificuldade: pela primeira vez se tentava vencer por terra a floresta Amazônica, uma atividade cuja complexidade nos dias de hoje é muito difícil de perceber. Um exemplo de um problema dos mais simples enfrentados por eles: numa época em que o meio de transporte mais usual eram os animais, estes não podiam ser usados na selva, pois lá não havia pastagens, só a mata

cerrada. Para que o trabalho prosseguisse, foi necessário usar instrumentos revolucionários para a época: caminhões. Mas mesmos estes não tinham como vencer o terreno arenoso da picada que estava sendo aberta, de forma que um dos membros da Comissão, o tenente Emanuel Silvestre do Amarante, inventou uma adaptação para os automóveis, para que eles recebessem uma espécie de lagarta, transformando-os em veículos de todo o terreno e, dessa forma, pudessem levar os suprimentos para a cabeça da linha.

Como não temos como dar a atenção devida ao trabalho de Rondon como um todo, reproduzimos um trecho de uma homenagem muito maior que o autor desse artigo poderia fazer, o poema “Pranto Geral dos Índios”, escrito por Carlos Drummond de Andrade sobre o Marechal:

“As nações erravam em fuga e terror
Vieste e nos encontraste
Eras calmo pequeno determinado
teu gesto paralisou o medo
tua voz nos consolou, era irmã
Protegidos de teu braço nos sentimos
O akangatar mais púrpura e sol te cingiria
mas quiseste apenas nossa fidelidade

Eras um dos nossos voltando à origem
e trazias na mão o fio que fala
e o foste estendendo até o maior segredo da mata
A piranha a cobra a queixada a maleita
não te travaram o passo
militar e suave
Nossas brigas eram separadas
e nossos campos de mandioca marcados
pelo sinal da paz
E dos que se assustavam pendia o punho
fascinado pela força de teu bem-querer
Ó Rondon, trazias contigo o sentimento da terra”



Na verdade, o esforço da Comissão excedeu em muito o que foi feito em termos de comunicações e de política indigenista. Como disse o próprio Rondon em 1920: “*onde quer que chegue o telégrafo... ali far-se-ão sentir os benéficos influxos da civilização. Com o estabelecimento da ordem, obtida pela facilidade com que os governos podem agir [para] distribuir o bem público e a justiça, virá fatalmente o desenvolvimento do homem e das indústrias*”. Uma previsão que se concretizou. Hoje em dia, a picada aberta pelo general transformou-se na BR-364 (construída por batalhões do Exército, cinquenta anos depois da passagem de Rondon). Ao longo da rodovia estão situadas as cidades de Vilhena (64.000 hab.), Pimenta Bueno (31.000 hab.), Presidente Pena (atual Jiparaná – 108.000 hab.), Jarú (56.000 hab.), Ariquemes (79.000 hab.) e outras mais, municípios surgidos em torno das pequenas estações telegráficas montadas pela Comissão de Linhas Telegráficas. Pode-se dizer que Rondônia deve sua existência ao trabalho da Comissão e que o nome do Estado não foi uma homenagem imerecida ao marechal.

Como já colocamos acima, a dificuldade dos trabalhos, que merece e precisa ser explorada em outros textos, não é o que consideramos como central em nosso artigo. O que gostaríamos de apontar é um detalhe

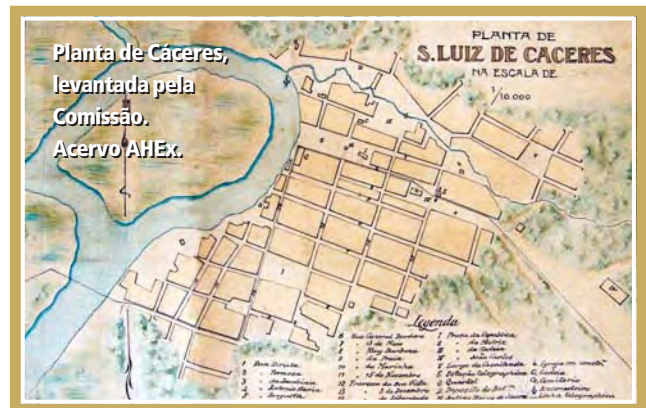
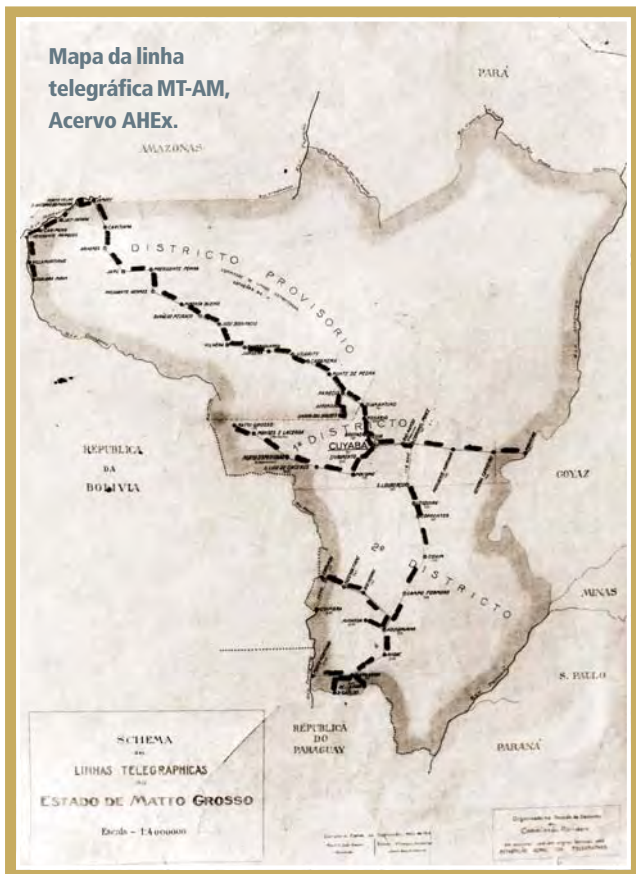
que pode parecer menor, mas que julgamos ser de imensa importância: o papel da Comissão de Linhas Telegráficas no conhecimento do território. Como colocamos no início desse texto, Rondon foi um desbravador dos sertões, mas não por ter simplesmente passado por eles como foi o caso de muitos antes. A sua proposta de trabalho era a de um verdadeiro cientista, de estudo, conhecimento e, por meio destes, de integração do território. Ao longo do caminho percorrido foram feitos trabalhos de levantamentos topográficos (de grande precisão – com erros de apenas poucos metros, quando comparados com os modernos levantamentos feitos por satélite); pesquisas da natureza (flora e fauna), que lhe deram a fama no



Rondon recolhe urnas indígenas

exterior, a ponto do presidente Roosevelt se entusiasmar em se reunir a Rondon; pesquisas etnográficas – entre as primeiras no País, com uso de fotos, filmes e registro sonoro das comunidades contatadas e assim por diante.

O trabalho, como acertado com o presidente, era de conhecimento do território, e isso gerou uma imensa



quantidade de informações, que vai muito além da construção da linha telegráfica, por mais penoso que esse tenha sido.

E aqui chegamos ao ponto que gostaríamos de deixar como conclusão. Hoje em dia, o acervo produzido pela Comissão Rondon está espalhado por várias instituições: nos Museus do Índio, Histórico Nacional



Serviço de Proteção aos Índios homenageando Rondon.



Uma das expedições de Rondon

e Nacional, e no Arquivo Histórico do Exército, no Centro de Documentação do Exército e no Museu Histórico do Exército. São objetos de imenso valor, não só para as Forças Armadas, mas também para a Nação, por seu conteúdo histórico e de informações etnográficas, merecendo por isso uma divulgação maior.

E cremos que esse é o momento de se fazer essa divulgação, para lembrança do trabalho pioneiro do Exército. Em 2008, completam-se 50 anos da morte de Rondon e a devolução para o público de parte dos trabalhos produzidos pelo Marechal seria uma boa forma de fomentar a lembrança de seus feitos. Alguns eventos para isso já estão planejados: o Instituto do Patrimônio His-

tórico e Artístico Nacional está no momento estudando o tombamento como monumentos nacionais das duas estações telegráficas construídas pela Comissão de Linhas Telegráficas que ainda existem em Rondônia, mas seria bom fazer mais, como exposições lembrando o papel de Rondon, bem como atividades nas unidades de comunicação e engenharia, especialmente nos Estados de Fronteira, onde Rondon atuou com mais intensidade.

A Fundação Cultural Exército Brasileiro, dentro desse espírito, está se mobilizando, buscando patrocínios para viabilizar a publicação das *cadernetas de campo*, o material de levantamento produzido pelos oficiais da Comissão Rondon, riquíssimo em informações sobre a cultura nacional. Com sorte, conseguiremos nesse ano resgatar mais um pedaço da atividade do Exército na formação da Nação.

Adler Homero Fonseca de Castro – Natural da cidade do Rio de Janeiro, é mestre em História. Pesquisador do IPHAN, vem realizando, há vinte anos, pesquisa sobre a história das armas e fortificações. Atualmente é membro do Conselho de Curadores do Museu Militar Conde de Linhares e do Museu das Armas Ferreira da Cunha.